



CONFERÊNCIA SINDICAL INTERNACIONAL

“TRABALHO COM DIREITOS – CONTRA A EXPLORAÇÃO – PELA PAZ E A SOLIDARIEDADE!”

CONFERÈNCIA SINDICAL INTERNACIONAL

“Trabajo con derechos – contra la explotación – por la paz y la solidaridad!”

CONFERENCE SYNDICALE INTERNATIONALE

“DU TRAVAIL AVEC DES DROITS – CONTRE L’EXPLOITATION – POUR LA PAIX ET LA SOLIDARITE!”

INTERNATIONAL TRADE UNION CONFERENCE

“WORK WITH RIGHTS – AGAINST EXPLOITATION – FOR PEACE AND SOLIDARITY!”

Auditório Municipal Fernando Lopes Graça | Fórum Municipal Romeu Correia
25 Fevereiro 2016 | 14:30 horas





A CGTP-IN pretende com esta conferência trocar experiências, estimular o debate e a reflexão tendo em vista impulsionar a acção comum e convergente do movimento sindical internacional. Este documento é o contributo da CGTP-IN para os objectivos da conferência, o qual não será aprovado nem vincula nenhum dos participantes.

O agravamento da crise estrutural do capitalismo e os direitos dos trabalhadores

A situação internacional é marcada pelo agravamento da crise estrutural do capitalismo, resultante da sua contradição fundamental: o carácter social da produção e a sua apropriação privada. Uma crise que afecta todos os países de forma directa e indirecta e a níveis diferenciados. Prevalece o domínio do capital financeiro sobre a actividade produtiva, com a especulação a gerar níveis inauditos de capital fictício, fazendo aumentar o risco de novas explosões de crise de maiores proporções e mais graves consequências para os trabalhadores e os povos.

Esta tendência expressa-se no aprofundamento da concentração e centralização da riqueza. As injustiças e a desigualdade na distribuição da riqueza e do rendimento globais atingiram em 2014 o seu ponto mais alto. Um por cento da população mundial concentra, hoje, mais de metade da riqueza produzida.

A acumulação de riqueza sem perspectivas de maximalizar lucros tem conduzido o capitalismo para a “solução” neoliberal da destruição de capacidade produtiva, deslocalização da produção para baixar custos do trabalho, privatização e desmantelamento de empresas e sectores estratégicos e de serviços públicos fundamentais, criando e mantendo um elevado desemprego, retirando direitos fundamentais dos trabalhadores, atacando a segurança social pública e os serviços públicos. Aprofunda-se a mercantilização e predação da natureza, injectam-se somas gigantescas de dinheiros públicos no sector financeiro, proliferam intocáveis os paraísos fiscais para o grande capital e as grandes fortunas. Aumenta a desigualdade fiscal, com sistemas fiscais mais regressivos, uma maior tributação dos rendimentos do trabalho e menos impostos ou isenções fiscais sobre os lucros do capital. Este processo é causa e consequência da reconfiguração dos Estados ao serviço do capital transnacional, privando países de economias mais frágeis e dependentes de recursos essenciais para assegurarem o direito ao desenvolvimento do seu povo. Na Europa, este rumo de desastre corresponde sobretudo aos objectivos da integração capitalista na União Europeia (UE) através de instrumentos fundamentais como o mercado interno, as políticas comuns e o euro, ou da imposição dos chamados “memorandos” (UE-FMI).

Grandes potências mundiais disputam o controlo e domínio das principais fontes de recursos naturais, em particular energéticos e o domínio geoestratégico de países e zonas cruciais ao comércio mundial. Aprofunda-se a exploração e a divisão internacional do trabalho, acometendo países e povos ao neocolonialismo e ao sub-desenvolvimento. Há no entanto evoluções de sentido contrário, com alguns grandes países a afirmarem-se no plano económico e tecnológico ao nível das potências mundiais. A ofensiva neoliberal impõe tratados ditos de “livre comércio”, com a criação de laços de subordinação e dependência que subvertem e atacam a soberania nacional e os direitos democráticos, sobretudo os direitos dos trabalhadores e outras camadas – são disso exemplo o Tratado Transatlântico (TTIP) entre a UE e os EUA, o Transpacífico (TPP), ou o tratado sobre o comércio de serviços (TISA), que, em conjunto, cobrem uma grande fatia do comércio mundial.

Aumenta a exploração – retrocesso histórico nos direitos dos trabalhadores

O desenvolvimento das forças produtivas nunca foi tão acentuado, beneficiando dos avanços científicos e tecnológicos e da sua valorização pelos trabalhadores na criação de riqueza. Esta evolução contrasta com o crescimento do número de trabalhadores desempregados e dos que tendo trabalho e um rendimento regular se encontram na pobreza ou em risco de pobreza. Aumenta a exploração através da desregulação das relações laborais, da generalização da precariedade que já representa 45% do total dos assalariados e diminui o rendimento do trabalho no Produto Interno Bruto.

Numa correlação de forças desfavorável aos trabalhadores, estão a ser destruídas conquistas de dimensão histórica e civilizacional: o direito ao trabalho; o salário; a limitação do tempo de trabalho com a definição do horário de trabalho, aumentando o trabalho não pago; o aumento da idade de reforma; o direito à greve e ao protesto; o direito ao descanso e ao lazer; o direito do trabalho enquanto expressão legal das conquistas dos trabalhadores; o ataque à contratação colectiva e a individualização das relações laborais em detrimento da regulamentação colectiva; o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; o despedimento sem justa causa. Normas e convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não são cumpridas ou são violadas em muitos países.

O retrocesso nos direitos dos trabalhadores faz-se igualmente por via de políticas de pressão e ataque aos sindicatos e outras estruturas representativas dos trabalhadores, à sua autonomia, independência e democracia interna. O objectivo é descaracterizar a natureza, princípios e funcionamento dos sindicatos e outras organizações de classe, assim como a organização e intervenção dos trabalhadores nos locais de trabalho. As lutas de milhões de trabalhadores continuam a ser proibidas e/ou reprimidas; os trabalhadores são impedidos de formar os seus sindicatos e/ou estruturas representativas; a actividade sindical autónoma e independente continua proibida; persistem trabalhadores e sindicalistas perseguidos, presos, torturados, ameaçados e em muitos casos assassinados.

Apesar de alguns avanços registados, as mulheres continuam a ser as maiores vítimas da exploração e do empobrecimento, da precariedade, das desigualdades, do trabalho escravo, da violência; continuam a ser discriminadas pela via salarial, da maternidade, do acesso ao emprego e do desemprego, da progressão na carreira, da segurança social e da idade da reforma. O flagelo do trabalho infantil mantém-se em muitos países, com a violação dos direitos humanos das crianças. Também os jovens são igualmente vítimas, sendo-lhe negado o direito à educação e ao trabalho; são-lhe impostos níveis de desemprego elevadíssimos, a generalização da precariedade, a emigração, transformando-os numa geração sem direitos, submetida à mais intensa exploração.

Persiste o anacronismo e a desumanidade dos trabalhadores sujeitos à escravidão e outros laços de servidão. Milhões de mulheres e homens com condições de trabalho indignas e inaceitáveis, sem direitos, vivendo com salários de miséria, com fome, subnutridos, expostos a doenças e acidentes, sem qualquer cobertura de seguro, saúde ou sem acesso a pensões de reforma.

Pese embora a brutalidade da ofensiva, os trabalhadores não estão dispostos a abdicar de ter uma vida digna. É a luta de classes que determina a evolução histórica da Humanidade. Somam-se inúmeras e poderosas lutas – pequenas e grandes –, greves, manifestações, protestos, marchas; um poderoso movimento de massas envolvendo muitos milhões de trabalhadores que tem permitido resistir, contrariar ou mesmo derrotar as propostas do patronato e dos governos – em que a dimensão nacional da sua luta teve um carácter decisivo. Os trabalhadores continuam a dar mostras de grande combatividade e tenacidade, recusando resignações e defendendo reivindicações e propostas com coragem e dignidade. A luta de massas continua a mostrar-se como o instrumento por excelência da resistência e avanços no caminho da emancipação dos trabalhadores.

Apesar da conjuntura desfavorável, a luta dos trabalhadores produz os seus efeitos. A prová-lo está a mobilização pelo grande patronato e os governos de meios colossais na ofensiva ideológica, procurando inculcar-lhes a inevitabilidade da retirada dos seus direitos, a necessidade de adaptar o mundo do trabalho à competição mundial, apelando à sua resignação.

Tendo como principal alvo os direitos dos trabalhadores, a ofensiva do capital transnacional concentra e centraliza a riqueza e atinge igualmente outras camadas oprimidas e exploradas.

Reforça-se a tendência do sistema para o autoritarismo, o militarismo e a guerra

Face à luta e à resistência dos trabalhadores e dos povos, as classes dominantes apoiam e promovem grupos e forças obscurantistas, populistas e de extrema-direita, fascistas e neo-nazis, nomeadamente no Médio Oriente, Europa e América Latina; forças que actuam como tropa de choque do capital. Branqueiam o fascismo e assumem uma prática anti-democrática de criminalização daqueles que se lhe opõem. Legitimam forças anti-democráticas nos sistemas políticos, promovem o racismo, a xenofobia, valores retrógrados e obscurantistas. Uma estratégia para inculcar o medo e a desmobilização sob vários pretextos, dos imigrantes aos atentados terroristas, manipulando as causas e apontando falsas soluções. Chegam ao ponto de invectivar hipocritamente contra o capitalismo para instrumentalizar legítimos sentimentos de indignação e revolta e o crescimento da consciência dos trabalhadores contra o sistema. Uma estratégia que visa a luta dos trabalhadores: criando divisões no seio das suas organizações, direccionando ataques contra a sua luta e acção reivindicativa, contra o movimento sindical e forças democráticas.

Perante o aumento de imposições supranacionais, a CGTP-IN considera que não se pode descuidar, ou menosprezar os factores nacionais e a relação dialéctica entre as questões de classe e os direitos nacionais dos trabalhadores e dos povos.

Milhões de homens e mulheres (na sua maior parte trabalhadores) são obrigados a deixar os seus países, fugindo às guerras de agressão e ocupação. Ou procuram um trabalho e uma vida dignas para fugirem à fome e à miséria semeada em países de economias frágeis e dependentes pelas imposições neoliberais. Vítimas que se tornam ainda mais vítimas pela imposição do estatuto de ilegais (em trânsito e no destino), particularmente para chegarem aos EUA e à UE, dessa forma empurrados para as mãos das redes de tráfico de seres humanos, para perigosas travessias de mares e territórios – que em milhares de casos acaba na morte –, ou em ataques impunes por parte de grupos criminosos de extrema-direita, fascistas e neonazis nos países de trânsito e acolhimento. Em muitos dos países de destino são marginalizados, ostracizados e, em consequência, explorados pelo patronato que os pressiona e chantageia com a perda de emprego ou para baixar salários. Uma situação sem fim à vista, que tenderá a agravar-se, porquanto o carácter das políticas que lhe estão na origem se mantenha.

As potências da UE e da NATO, lideradas pelos EUA – ameaçam seriamente a paz, elevando a um patamar ainda mais elevado a militarização e o belicismo nas relações internacionais. Levam a cabo ocupações, ameaças, agressões a países independentes e soberanos, desencadeiam operações de desintegração, desestabilização e ingerência – apesar de alguns reveses. Violam ou manipulam reiteradamente princípios fundamentais do Direito Internacional e da Carta da ONU.

O alargamento da NATO e da sua acção a praticamente todo o planeta, o gigantesco complexo militar-industrial, o relançamento da corrida aos armamentos – um sorvedouro de recursos desbaratados que permitiria resolver muitas necessidades básicas – os arsenais de armas nucleares, uma rede de bases militares estrangeiras espalhadas pelo mundo, e a concentração de poderosos meios militares na Ásia, em África e na América Latina, pendem igualmente como uma grave ameaça sobre os trabalhadores.

O militarismo e a guerra são inseparáveis da violenta ofensiva contra os trabalhadores e os povos. Na opinião da CGTP-IN, a luta pela Paz e contra a guerra assume, na actual situação internacional, um carácter indissociável da luta de classe dos trabalhadores e da acção dos sindicatos.

Sob o falso pretexto da luta contra o terrorismo, acentua-se a ofensiva internacional contra os direitos, liberdades e garantias dos povos, uma espiral securitária sem controlo nem limites democráticos – sem travar ataques terroristas e a crescente barbárie dos métodos utilizados e as suas hediondas consequências –, que ao mesmo tempo subverte ou nega o direito dos trabalhadores e dos povos à segurança e à justiça. Uma ofensiva internacional protagonizada pelas principais potências capitalistas que é indissociável da estratégia de ingerência, desestabilização e guerra, branqueando o apoio e estímulo ao terrorismo de Estado, nomeadamente de Israel contra o povo Palestiniano, perpetuando a ocupação e opressão deste povo.

A luta pela Paz e pela emancipação dos trabalhadores e dos povos

Perante a presente situação mundial, assume importância acrescida a luta pelo estabelecimento de uma nova ordem económica e social que, partindo do respeito da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional e dos seus princípios, rejeite hegemonias ou a imposição de uma política de blocos nas relações internacionais. Que promova um desenvolvimento global assente na igualdade, na solidariedade e na cooperação entre os povos, e simultaneamente no respeito e na defesa da soberania e independência, no direito de autodeterminação, no direito de não ingerência nos assuntos internos de cada país. Uma nova ordem baseada no direito inalienável dos povos ao desenvolvimento e à concretização das suas aspirações, nas exigências ambientais e na utilização controlada dos recursos naturais.

Na opinião da CGTP-IN é necessário levar a cabo um esforço de esclarecimento junto dos trabalhadores sobre a situação de imigrantes e refugiados, de denúncia das políticas e dos seus responsáveis, da sua hipocrisia e propaganda. Esclarecimento e denúncia do papel extrema-direita, do carácter de classe da sua estratégia. E em simultâneo, integrando e organizando estes homens e mulheres nos sindicatos e organizações de trabalhadores estaremos a contribuir para uma luta contra a exploração que é comum.

A CGTP-IN considera que os trabalhadores não podem desarmar perante o cortejo de misérias provocadas pelo capitalismo. Pese embora a diversidade de situações em que se desenvolvem as suas acções e lutas e de objectivos imediatos e até estratégicos por que lutam, a ofensiva e os perigos que dela decorrem exigem a máxima unidade possível do movimento sindical e uma mais ampla convergência com outras organizações e estruturas sociais, particularmente com o movimento da paz, contra a exploração, a opressão, o autoritarismo e a guerra; uma luta que reforce a resistência e a luta pela ruptura, contribuindo para a criação da relação de forças e dos elementos sociais e políticos sobre os quais se deve construir a alternativa social e política de progresso e justiça social.

A CGTP-IN considera que a internacionalização do capital é a realidade incontornável a partir da qual se deve desenvolver a acção dos trabalhadores e do movimento sindical, encontrando nela os elementos de organização e mobilização para a luta, sendo eles, na sua opinião, a situação concreta em cada país, a preparação e disponibilidade dos trabalhadores para a luta, a situação das suas organizações, a sua autonomia e independência e a rejeição de imposições supranacionais.

A resposta dos trabalhadores e dos povos é ainda insuficiente face à dimensão e à violência da ofensiva. A exploração e o empobrecimento acentuam as desigualdades e a exclusão social. É através da organização para a resistência e para a acção colectiva e organizada da sua luta que os trabalhadores ganham consciência do potencial do seu potencial transformador. Na opinião da CGTP, para além do necessário reforço do movimento sindical de classe em cada país e das suas tarefas, a situação exige que, respeitando a identidade, diversidade de composição, objectivos das várias organizações, da sua dimensão, sem hegemonias ou discriminações, e tendo como princípios basilares a defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores e o progresso da humanidade, ultrapassemos divisões, sectarismos – sem escamotear profundas divergências –, e que juntemos esforços e nos empenhemos em torno de acções comuns e convergentes.

A CGTP-IN está empenhada e tudo fará para contribuir para a unidade e a cooperação em torno de alianças sociais com o objectivo de construir uma poderosa e ampla convergência, fundada na acção, na luta de massas e na solidariedade internacionalistas. Salvaguardando a autonomia e independência do movimento sindical, este processo deve ir para além do movimento dos trabalhadores, envolvendo organizações e cidadãos democratas, amantes da paz, homens e mulheres sérios e empenhados no progresso da Humanidade; uma luta consequente contra o retrocesso de dimensão histórica e civilizacional nos direitos dos trabalhadores, a ascensão do autoritarismo e da extrema-direita, em defesa da paz e contra a guerra.

A CGTP-IN defende que as Convenções da OIT não podem deixar de responder aos problemas e às necessidades de protecção dos trabalhadores garantindo a segurança no emprego, o exercício da autonomia e liberdade sindical (na qual se inclui o direito de greve e a contratação colectiva), a igualdade entre mulheres e homens no acesso ao emprego e salarial, no combate ao trabalho forçado e o acesso a saúde pública e pensões de reforma públicas. O futuro do trabalho não pode deixar de ser

o aprofundar as normas que garantam aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho, por isso os sindicatos têm que continuar a lutar contra as pretensões do patronato por em causa o regular funcionamento da OIT.

A CGTP-IN considera que é necessário que o centenário da OIT – organização da ONU que em si mesma foi uma conquista dos trabalhadores decorrentes da luta pela paz e contra o nazi-fascismo – não se assinala subvertendo o seu percurso e as conquistas obtidas pelos trabalhadores. Pela nossa parte tudo iremos fazer para construir uma perspectiva comum do movimento sindical com o objectivo de travar esses intentos. É necessária uma compreensão comum sobre o que está em causa, procurando acções convergentes, a solidariedade e a cooperação, porque apesar das situações diferenciadas em que os trabalhadores de cada país se encontram, esta é uma ofensiva que terá um impacto negativo sobre todos. Nesta como noutras circunstâncias a unidade na acção e a luta e o seu reforço em cada país constituem o terreno seguro sobre o qual os trabalhadores avançarão no caminho da sua emancipação.

A CGTP-IN, reiterando a sua postura de classe e o seu estatuto de não filiação mundial, continuará empenhada no reforço das relações de amizade, cooperação e convergência com organizações sindicais de todo o mundo na luta contra a exploração, pelo progresso social e pela defesa intransigente dos inalienáveis direitos e aspirações dos trabalhadores e dos povos.

